

Eixo

Direitos humanos e justiça ocupacional

Mapeamento de trabalhos sobre Justiça Ocupacional em eventos científicos nacionais da Terapia Ocupacional - uma revisão integrativa.

Yuri Fontenelle Lima Montenegro

Marilene Calderaro da Silva Munguba

O presente estudo tem o objetivo de mapear a produção científica da Terapia Ocupacional, que aborde o conceito de Justiça Ocupacional, publicados em Anais de eventos científicos de Terapia Ocupacional, com relevância nacional, no período de 2015 a 2018. Trata-se de uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa, realizada em maio e junho de 2019. Adotou-se como descritores: “justiça ocupacional” e “injustiça ocupacional”. A busca se deu nos Anais dos eventos: Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional (2015 e 2017), Congresso Norte e Nordeste de Terapia Ocupacional (2016 e 2018), Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional (2016 e 2018) e Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional (2016 e 2018). Nesses eventos, foram identificados trabalhos abordando Justiça Ocupacional, exceto no Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional (2016 e 2018) e no Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional (2018). A pesquisa teve por amostra 17 trabalhos identificados em publicações nos Anais de eventos científicos citados, nos quais os descritores constam no título e/ou resumo. Identificou-se sete (7) trabalhos nos Congressos Norte e Nordeste de Terapia Ocupacional, oito (8) nos Congressos Brasileiros de Terapia Ocupacional, e dois (2) no Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional. Conclui-se que a discussão sobre o conceito de Justiça Ocupacional está em expansão e sugere-se a realização de estudos sobre como esse conceito tem sido abordado nos cursos de graduação em Terapia Ocupacional no Brasil, já que nos dois Encontros Nacionais de Docentes não foi identificado trabalho abordando o conceito.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Justiça Ocupacional, Produção Científica, Anais.

INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste no desdobramento da pesquisa realizada de julho de 2015 a março de 2016 como trabalho de conclusão de curso – TCC. O intuito inicial consistia em uma revisão de literatura sobre o conceito de Justiça Ocupacional em periódicos internacionais de Terapia Ocupacional e Ciência Ocupacional. Contudo, Durocher, Gibson e Rappolt (2014) já

havia realizado uma revisão de escopo com este objetivo. A busca em periódicos nacionais de Terapia Ocupacional teve como único artigo resultante o trabalho de Townsend e Marval (2013). Contudo, identificou-se uma conferência no XI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional de 2009 intitulada “A Justiça Ocupacional e a realidade das comunidades brasileiras: exemplo de Recife-PE” (CHAGAS, 2009) que englobava conceitos também abordados na revisão de Durocher, Gibson e Rappolt (2014).

Assim, partindo do pressuposto de que a discussão de temas emergentes em Terapia Ocupacional em eventos científicos antecederia a publicação em periódicos, o TCC consistiu em uma revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010) de trabalhos publicados em Anais de eventos científicos de relevância nacional na área de Terapia Ocupacional utilizando-se descritores definidos a partir de uma pesquisa exploratória (MONTENEGRO; PORTO; MUNGUBA, 2016).

Apesar de a revisão indicar que Justiça Ocupacional não fazia parte do vocabulário da profissão no Brasil (MONTENEGRO et al., 2016), observa-se incidência de novos artigos em periódicos nacionais que fazem referência ao termo (WILSON; MAGALHÃES, 2016; RUDMAN, 2018) e participação de autoras brasileiras na discussão internacional sobre este conceito (MALFITANO; SOUZA; LOPES, 2016; MALFITANO et. Al., 2019). Identificou-se a necessidade de realizar nova busca por trabalhos que abordem esse conceito nos eventos: Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional – CBTO, Congresso Norte-Nordeste de Terapia Ocupacional – CONNTO, Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional – SNPTO e Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional – ENDTO. O presente estudo tem o objetivo de mapear a produção científica da Terapia Ocupacional, que aborde o conceito de Justiça Ocupacional, publicados em Anais de eventos científicos de Terapia Ocupacional, com relevância nacional, no período de 2015 a 2018.

METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010), com abordagem qualitativa (MINAYO, 2014). Considerou-se, ainda, a perspectiva dos autores Mendes, Silveira e Galvão (2008), ao estabelecerem as etapas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos; definição e categorização das informações; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados e apresentação da síntese do conhecimento.

Durante os meses de maio e junho de 2019, realizou-se uma busca nos Anais do CBTO, CONNTO, SNPTO e ENDTO realizados no período de 2015 a 2018. A busca pelos Anais foi realizada na *webpage* dos eventos e em ferramentas acessórias, como a *webpage* da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO) e grupos de terapeutas ocupacionais no *Facebook*. Os Anais do XI CONNTO estavam disponíveis na *webpage* específica do evento, os das duas edições do ENDTO e SNPTO estavam disponíveis na *webpage* da RENETO e os do XIV CBTO e XII CONNTO foram publicados pela Revista Interstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (REVISBRATO).

Os 17 trabalhos selecionados a partir da busca pelos descritores nos títulos e/ou resumos foram organizados considerando: o desenho do estudo, evento/ano, Instituição de Ensino Superior de vinculação dos autores dos trabalhos, contextualização histórica do conceito de Justiça Ocupacional, uso do conceito como referencial teórico, enquanto um objetivo a ser alcançado ou garantido. Submeteu-se as informações à análise descritiva (MINAYO, 2014).

RESULTADOS

Identificou-se um total de 17 trabalhos distribuídos entre os eventos. O XV CBTO reuniu o maior número de trabalhos (5), sucedido pelo XII CONNTO (4), o XI CONNTO (3) e o XIV CBTO (3), conforme quadro 1.

Quadro 1 – Síntese dos trabalhos sobre Justiça Ocupacional por evento e desenho do estudo de 2015- 2018.

Desenho do estudo	Evento / ano	N	Total
Relato de Experiência	XIV CBTO (2015)	2	10
	XI CONNTO (2016)	2	
	XV CBTO (2017)	3	
	XII CONNTO (2018)	3	
Revisão de literatura	XIV CBTO (2015)	1	4
	IV SNPTO (2016)	1	
	XI CONNTO (2016)	1	
	XV CBTO (2017)	1	
Estudo exploratório	IV SNPTO (2016)	1	3

	XV CBTO (2017)	1	
	XII CONNTO (2018)	1	

Identificou-se sete (7) trabalhos nas duas edições do CONNTO (XI e XII), apontando para a relevância desse evento para a discussão da temática em estudo. Não foram encontrados trabalhos sobre justiça ocupacional nas duas edições do ENDTO (2016, 2018) nem no V SNPTO (2018). Observa-se, de forma geral, a predominância de relatos de experiência diversos (10), provenientes tanto de disciplinas/estágios durante a graduação (5) quanto de projetos de extensão (2) e outras vivências (3). Os demais trabalhos consistem em revisão de literatura (4) e estudos exploratórios (3). Quanto à Instituição de Ensino Superior (IES) de vinculação dos autores, tem-se, cinco (5) trabalhos a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; três (3) trabalhos a Universidade Federal do Pará – UFPA; dois trabalhos – Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Universidade Estadual do Pará – UEPA; e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; com um trabalho cada: Universidade Federal do Paraná – UFPR, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, e Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto – USP-RP. Destaca-se a predominância de trabalhos provenientes da UFPE (5) e do Pará (5), divididos entre UFPA (3) e UEPA (2).

A referência à Justiça Ocupacional aparece de forma diversa entre os estudos. Predomina o uso do conceito de Justiça Ocupacional enquanto referencial teórico para nortear intervenções profissionais (8). Contudo, há referência à Justiça Ocupacional enquanto um objetivo a ser alcançado ou garantido (5), semelhante à autonomia, independência, cidadania, justiça social ou até direitos. As revisões de literatura (4) realizaram uma contextualização histórica do conceito. Destaca-se, ainda, o trabalho de Panúncio-Pinto (2017) de autor vinculado a USP-RP, publicado no XV CBTO, que faz menção à Justiça Ocupacional como conteúdo a ser abordado no currículo da graduação conforme os padrões internacionais.

DISCUSSÃO

A quantidade de trabalhos que fazem referência à Justiça Ocupacional no período de 2015 a 2018 chama atenção quando comparada com a revisão anterior (MONTENEGRO et al., 2016). Os trabalhos encontrados não se restringem à revisão de literatura, mas abordam o conceito em relatos de intervenção prática. Supõe-se que a diferença no número de trabalhos encontrados entre a revisão anterior e este estudo seja devido às limitações de acesso aos Anais dos XII e XIII CBTO na revisão anterior – considerando a contribuição do evento nas suas edições (XIV e XV) para a amostra atual – ou é resultante de um movimento maior de

aproximação nacional ao referencial da Ciência Ocupacional, conforme se observa em publicações recentes nos periódicos nacionais (WILSON; MAGALHÃES, 2016; COSTA et al., 2017; JARA, 2018; RUDMAN, 2018).

A presença de trabalhos que fizeram referências à Justiça Ocupacional em relatos de experiência provenientes de disciplinas da graduação aponta que, de alguma forma, este conceito tem sido abordado durante a formação profissional. Contudo, as distintas referências ao conceito enquanto referencial teórico ou objetivo a ser alcançado indicam a necessidade de maior investigação para compreender as formas que os cursos de graduação têm assimilado a Justiça Ocupacional, aos moldes do estudo de Lopes e Pan (2013) sobre o ensino de Terapia Ocupacional Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se que a discussão sobre o conceito de Justiça Ocupacional está em expansão e sugere-se a realização de estudos sobre como esse conceito tem sido abordado nos cursos de graduação em Terapia Ocupacional no Brasil, já que nos dois Encontros Nacionais de Docentes não foi identificado trabalho abordando o conceito.

Como limitação do estudo, aponta-se o acesso somente a resumos simples, o que dificulta uma melhor compreensão sobre a referência ao conceito de Justiça Ocupacional.

REFERÊNCIAS

- CHAGAS, J. N. de M. A justiça ocupacional e a realidade das comunidades brasileiras: exemplo de Recife-PE. *In: Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, 9., 2009, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza, 2009. 1 pen drive.*
- COSTA, E. F. et al. Ciência ocupacional e terapia ocupacional: algumas reflexões. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 650-663, 2017.
- DUROCHER, E.; GIBSON, B. E.; RAPPOLT, S. Occupational justice: a conceptual review. **Journal of Occupational Science**, v. 21, n. 4, p. 418-430, 2014.
- JARA, R. M. O que une a terapia ocupacional? Paradigmas e perspectivas ontológicas da ocupação humana. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 182-203, 2018.

- LOPES, R. E.; PAN, L. C. O ensino de terapia ocupacional social nas universidades públicas do Estado de São Paulo. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 24, n. 2, p. 103-111, maio-ago, 2013.
- MALFITANO, A. P. S.; SOUZA, R. G. M.; LOPES, R. E. Occupational justice and its related concepts: na historical and thematic scoping review. **OTJR – Occupation, Participation and Health**, v. 36, p. 167-178, 2016.
- MALFITANO, A. P. S. et. al. Do occupational justice concepts inform occupational therapists' practice? A scoping review. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. XX, p. 1-14, 2019. doi: 10.1177/00084174198309.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out.-dez, 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo; Hucitec, 2014.
- MONTENEGRO, Y. F. L. et al. **Interface da terapia ocupacional social e justiça ocupacional: produções nos eventos científicos brasileiros**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=7006039>. Acesso em: 1 de jul. de 2019.
- MONTENEGRO, Y. F. L.; PORTO, C. M. V.; MUNGUBA, M. C. S. Delineando o caminho: selecionando descritores para revisão integrativa no âmbito da terapia ocupacional social. In: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional, 2016, Vitória. Anais do XV Encontro de Docentes de Terapia Ocupacional e IV Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional. São Carlos: **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, 2016. v. 24. Suplemento Especial. p. 194-201.
- PANÚNCIO-PINTO, M. P. De grade curricular a matriz: trajetórias de construção de uma nova lógica na organização curricular. In: Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, 15., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: 2017. 1 *pen drive*.
- RUDMAN, D. L. Occupational therapy and occupational science: building critical and transformative alliances. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 26, n. 1, p. 241-249, 2018.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer? **Einstein**, v. 8, p. 102-106, 2010.

WILSON, J.; MAGALHÃES, L. Can critical inquiry differ from criticism? A dialogue with current occupational science and occupational therapy schools of inquiry. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 629-638, 2016.

Justiça ocupacional e a arte como estratégia de enfrentamento para uma idosa em instituição de longa permanência no município de Belém

Letícia Alves da Silva

Gabriela de Almeida Cardoso

Thays Cristina Palheta Melo

Maria de Fátima Goés da Costa

O envelhecimento é um fenômeno complexo que repercute nas diversas esferas da vida do idoso e o processo de institucionalização nesse período da vida pode ocasionar interferências nas ocupações e participação social dos mesmos, além de afastamentos das preferências ocupacionais. A Justiça Ocupacional é um termo que compreende a necessidade de se inteirar em ocupações, independente de idade, condição de saúde, habilidades e demais diferenças. E diante da experiência relatada, observa-se que essa premissa é afetada durante o processo de institucionalização. Este trabalho trata-se de um relato de experiência com objetivo de explicitar a Arte como uma importante estratégia de enfrentamento para o idoso que vivencia a injustiça ocupacional no contexto da institucionalização. Os resultados permitem compreender que o processo de institucionalização gera insatisfação em virtude da perda de autonomia e outras capacidades, entretanto algumas estratégias são eficazes para amenizar os efeitos dessa situação. Como exemplo, destaca-se a arte, que permite a melhora da qualidade de vida da pessoa idosa através do estímulo da autonomia, favorecendo a auto expressão e o autoconhecimento, além da socialização. Conclui-se, portanto, que a utilização da arte é uma ferramenta de grande valor para auxiliar o idoso que vivencia a injustiça ocupacional no ambiente institucionalizado.

Palavras-chave: Saúde do Idoso Institucionalizado; Terapia Ocupacional; Terapia pela arte.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo que gera mudanças no perfil da população, na saúde pública e nos sistemas de assistência social nas mais diversas sociedades contemporâneas. Este processo passa por diferentes desafios dentre os quais se pode citar a necessidade de garantir o cuidado à pessoa idosa, e como alternativa deve-se destacar as Instituições de Longa

Permanência (ILPs), que garantem o apoio ao idoso dependente quando este é dificultado no lar. (SILVA et al., 2019).

Baseando-se no fato de que a ocupação é uma importante ferramenta para a manutenção da saúde, bem-estar físico, social e mental, é notório compreendê-la como um direito do indivíduo. É sobre este ponto que se trata a Justiça Ocupacional, termo que compreende a necessidade de se inteirar em ocupações, independente de idade, condição de saúde, habilidades e demais diferenças (CASTRO, 2015). Diante da experiência relatada, é possível perceber que no momento da institucionalização muitas ocupações são negligenciadas. A partir do ponto de vista de Wilcock (2011), este fato pode ser compreendido como injustiça ocupacional.

Barbosa e Werba (2010) ao citarem Guedes (2007) acreditam que por vezes, no tempo livre do idoso também emergem sentimentos negativos que podem suscitar em solidão e depressão – os quais podem ser enfrentados a partir do uso da arte. A arte caracteriza-se como um meio de expressão e comunicação que pode possibilitar descobertas, o talento, a criatividade e a socialização do idoso que se vê frente aos desânimos do envelhecimento. A atividade artística passa a ser um instrumento terapêutico juntamente com o fazer humano.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência vivenciada através da arte como uma importante estratégia de enfrentamento para o idoso que vivencia a injustiça ocupacional no contexto da institucionalização. Considerando-se que a literatura não dispõe de trabalhos relativos ao tema publicados em bases de dados, destaca-se a importância do mesmo a fim de promover mais informações para contribuir com a temática abordada.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência resultante do componente curricular do 2º ano do curso de Terapia Ocupacional de uma universidade pública, em uma ILP localizada na região metropolitana de Belém. Foram realizados atendimentos individuais com uma idosa, no período de três meses (abril a junho de 2019), com frequência de uma vez por semana. As observações de campo e atendimentos subsidiaram a elaboração e aplicação de um formulário, contendo perguntas relacionadas ao contexto da institucionalização e das estratégias de enfrentamento, na qual destaca-se a arte, com o objetivo de compreender a perspectiva da idosa acerca da dinâmica de institucionalização e as maneiras de vivenciar esse processo.

RESULTADOS

Este estudo foi desenvolvido juntamente aos atendimentos de uma idosa de 70 anos que reside há 10 anos na instituição. A idosa apresentava incapacidades funcionais que a limitavam de realizar qualquer atividade motora de forma independente, entretanto possui os aspectos cognitivos preservados.

Através dos instrumentos de coleta de dados, tais como a observação do campo de prática, as conversas durante o atendimento individual e o formulário de 13 perguntas aplicado foi possível identificar que a idosa demonstra insatisfação com o funcionamento da ILP na qual reside, porém conforma-se com estas condições pois relata não ter para onde ir. A idosa complementa dizendo que a rotina do ambiente não lhe agrada e se pudesse a mudaria. Isto foi observado também durante os atendimentos, visto que diversas vezes este era interrompido em virtude da rotina da instituição.

A idosa relata ter pouca autonomia e sente-se totalmente dependente para realizar suas ocupações, em virtude das grandes debilidades físicas e funcionais que possui em decorrência de uma hemiplegia sagital esquerda. Esta debilidade compromete os movimentos voluntários da idosa principalmente nos membros superiores, no entanto, não a impede de desenvolver atividades artísticas, através de adaptações.

Ainda, a idosa destaca a pintura como uma das principais estratégias de enfrentamento para lidar com as situações que lhe desagradam, relatou a exposição de suas pinturas em uma galeria de arte e reconhece os benefícios na qualidade de vida: *"melhora a cabeça"*.

DISCUSSÃO

Todo indivíduo é um ser ocupacional com diferentes necessidades e naturezas, e ao satisfazê-las desempenha uma questão de saúde, qualidade de vida e justiça. A Justiça Ocupacional refere-se ao direito de todo o indivíduo ser capaz de atender às suas necessidades básicas e de ter oportunidades iguais para progredir em seu potencial, principalmente quanto ao engajamento em ocupações significativas (WILLCOCK; TOWNSEND, 2011). Já a injustiça ocupacional ocorre em situações em que os indivíduos estão segregados, superprotegidos ou são impedidos de participar da forma eficaz das ocupações que precisam e desejam realizar (TOWNSEND; MARVAL, 2013), situação presente no processo de institucionalização como a de idosos.

Na ILP o idoso passa a dividir o ambiente com desconhecidos, vive distante dos seus familiares, precisa se adequar a uma nova rotina, horários, cardápio, isto é, uma realidade formulada antes de ele estar ali (FERRETI et al. 2014), o que pode originar aspectos de

conotação negativa, principalmente na sua identidade, autonomia e independência. Cada idoso, considerando sua história de vida e aquelas construídas no próprio processo de institucionalização, elabora diferentes significados para o viver na instituição.

Durante a vivência com a idosa, pode-se observar a sua volição no exercício da pintura; atividade esta que a idosa iniciou a partir de aulas com uma professora voluntária na instituição e que, conforme relatado possui grande significado para ela. A arte – pintura, desenho, teatro etc. -, historicamente é reconhecida como uma forma de expressão e agora adquire uma função terapêutica. Gonçalves et al (2013) evidenciaram em seu estudo que por meio da arte os idosos podem transformar sua vida.

Ainda, os benefícios comprovados por Aguiar e Macri (2010) quanto ao uso da arte pelo idoso, sendo estes o início a um processo de autonomia, estímulo a se expressar e se autoconhecer, além de socializar; se faz presente na vivência da idosa. É perceptível a satisfação e alegria na expressão dela ao relatar suas obras. “*Me dá alegria. A pintura mudou minha vida. [...] É tudo na minha vida. [...] Sem ela eu não vivo.*” Além disso, quando questionada se a pintura a auxilia de alguma forma, com enfoque a sua qualidade de vida, ela evidencia: “*Ajuda em tudo. Só pra cabeça então, né mana?*”.

Sendo a ILP um local que pode gerar situações de injustiças ocupacionais, o contato direto com o exercício da pintura é percebido pela idosa como um momento prazeroso: “*Me dá uma alegria enorme*” “*Me ajuda em tudo*”. Assim, a pintura/arte pode ser entendida como uma estratégia de enfrentamento às situações vividas, sendo uma ocupação significativa como forma de potencializar a saúde e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a interpretação destes relatos e registros auxiliam a apontar caminhos na compreensão da injustiça ocupacional no contexto da institucionalização, na dimensão ocupacional e suas repercussões na qualidade de vida do idoso que vivencia esse processo; e explicita as contribuições da arte como uma significativa estratégia de enfrentamento para a idosa. Sugere-se mais investigações relacionadas às estratégias de enfrentamento para a injustiça ocupacional presente no ambiente das ILPs, principalmente quanto a otimização no engajamento do idoso em atividades significativas, promovendo Justiça Ocupacional, que se adere resgatando o valor social e a ressignificação no processo de institucionalização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Amanda Paiva; MACRI, Regina. **PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS ATRAVÉS DA ARTETERAPIA.** *Cuidado é Fundamental*, Rio de Janeiro, v. 2, p.710-713, 2010. Resumo dos 120 anos da EEAP. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1102/pdf_264>.

Acesso em: 11 jul. 2019.

BARBOSA, Elen Teixeira; WERBA, Graziela. **ARTETERAPIA E IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: UMA EXPERIÊNCIA NO TEMPO. Conversas Interdisciplinares**, [s.l.], v. 54, p.1-16, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ci/article/view/3915/pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CASTRO, Camila. de Moura. **Ocupação também é direito:** reflexões sobre justa ocupacional em um presídio feminino na Paraíba. 2015. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Terapia Ocupacional, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1630>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

FERRETI, Fátima et al. Viver a velhice em ambiente institucionalizado. **Estud. Interdisciplinares. Envelhecimento.** Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 423-437, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/42378>> Acesso em: 28 jun. 2019

GONÇALVES, Solange Maria Leão et al. Os benefícios da arte para um envelhecimento saudável. **Vi World Congress On Communication And Arts.** Australia, p. 218-221. abr. 2013. Disponível em: <<http://copec.eu/congresses/wcca2013/proc/works/54.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, Rosane Seeger da et al. Condições de saúde de idosos institucionalizados: contribuições para ação interdisciplinar e promotora de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.345-356, 2019. Editora Cubo Multimedia. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1590>. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2102/1122>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

TOWNSEND, Elizabeth; MARVAL, Rebecca. Profissionais podem realmente promover a justiça ocupacional? **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 229-242, 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/810>> Acesso em: 30 jun. 2019

WILCOCK, Ann Allart; TOWNSEND, Elizabeth. A. Justiça Ocupacional. *In*: WILLARD, H; SPACKMAN, C. S. **Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 306-3015

***“Taller Laboral”*: sistematização de uma experiência com imigrantes**

Cleber Tiago Cirineu

Marcela Veronica Apablaza Santis

Este trabalho se centra em uma experiência com estudantes do curso de Terapia Ocupacional da Universidad Austral de Chile. Para o desenvolvimento deste, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, construção de mapa de rede, por meio da modalidade de grupo aberto e observação participativa sob o prisma da Justiça Ocupacional. Foi estabelecida uma linha do tempo para abarcar o percurso de todos os grupos realizados, os quais foram expostos de modo organizado, com sequência lógica que facilitou a compreensão de todos os participantes, onde as temáticas predeterminadas foram: "expectativas dos trabalhadores", "exploração de habilidades laborais individuais" e "inserção no mercado de trabalho". No que diz respeito à "expectativas dos trabalhadores", o objetivo de pesquisar sobre interesses e expectativas foi cumprido; em relação à "exploração de habilidades laborais individuais" com o objetivo de investigar e conhecer habilidades individuais para desenvolver um trabalho local, foi alcançado parcialmente e; no que diz respeito à "inserção no mercado de trabalho", com o objetivo de conhecer e integrar estratégias de empregos formais, estas possibilitaram que alguns participantes alcançassem a aquisição de aprendizagens relevantes para a geração de competências individuais e de gestão. Neste sentido, a partir dos encontros com imigrantes, foi possível observar aspectos positivos com relação a aquisição e conquista de habilidades frente a inserção no cenário chileno de trabalho, tendo o terapeuta ocupacional como um articulador que visualiza a pessoa como cidadã, sendo capaz de ampliar e/ou possibilitar aquisições de habilidades, atendendo as demandas de necessidades para o acesso e manutenção laboral.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional; Trabalho; Imigração.

INTRODUÇÃO

O Chile tem vivenciado um forte processo de migração que acarretou em transformações e mudanças significativas tanto a nível social, de contexto e político. Neste sentido, o Departamento de Imigração, enfatiza que as populações que chegaram

ao Chile, são provenientes de diferentes partes do mundo, principalmente do Peru, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador e, recentemente, populações de haitianos e dominicanos, afirmando assim que este processo migratório dobrou em apenas 10 anos (GARUTI, 2016).

Existem muitas situações em que pessoas estrangeiras são expostas, seja por seus costumes, idioma, cor da pele ou simplesmente por sua origem, demarcando um estigma instaurado, pois, como nos aponta Valenzuela et. al. (2014) a população que migra para o Chile, enfrenta muita discriminação associada a estereótipos, baseado em características fenotípicas como as de cunho cultural e mesmo de condição racial.

A esse respeito, convém realizar uma reflexão sob a ótica da Terapia Ocupacional, onde essas pessoas sofrem e enfrentam diversas limitações para sua participação e desempenho ocupacional, o que pode ser evidenciado por meio da precarização de suas habitações, condições de trabalho e exercício dos direitos civis, sociais, políticos e culturais (GARUTI, 2016).

Com base ao exposto, é relevante analisar a situação da migração no contexto da cidade de Valdivia-Chile, porque estas pessoas, além de possuírem a barreira idiomática, enfrentam problemas políticos e diplomáticos que limitam sua participação, especialmente no âmbito laboral. É a partir deste enfoque que, se propõe um grupo de trabalho com estudantes e docentes do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Austral de Chile, Campus Isla Teja, Valdivia-Chile, com orientação e apoio a população migrante, fornecendo ferramentas necessárias para que possam fortalecer suas habilidades e obtenham uma inserção laboral efetiva.

METODOLOGIA

Este trabalho se centra em uma experiência de dois docentes do curso de Terapia Ocupacional (TO) junto à cinco estudantes do referido curso, em supervisões práticas, correspondentes a disciplina de “Ferramentas Terapêuticas VI” do segundo semestre do terceiro ano.

Foram realizadas 12 sessões grupais semanais de uma hora e meia, por um período de três meses, com aproximadamente 15 participantes, respeitando os aspectos éticos. Tais sessões foram solicitados pela Pastoral de uma Igreja Católica da cidade de Valdivia junto a Escola de TO da Universidad Austral de Chile – UACH, Campus Isla Teja – Valdivia. Neste sentido, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, levando em

conta aspectos socioeconômicos e pertinentes ao contexto laboral, construção de mapa de rede para conhecimento e acesso ao território, por meio da modalidade de grupo aberto e com observação participativa.

Como marco teórico foi utilizado o conceito de Justiça Ocupacional, difundido amplamente entre terapeutas ocupacionais, caracterizado por fazer visibilizar oportunidades de participação e envolvimento em ocupações necessárias e significativas para indivíduos e comunidades (PIZARRO et al., 2018).

RESULTADOS

As temáticas predeterminadas foram: “expectativas dos trabalhadores”, “exploração de habilidades laborais individuais” e “inserção no mercado de trabalho”.

Para o cumprimento de cada etapa, foram utilizados diferentes recursos e estratégias: no que diz respeito à “expectativas dos trabalhadores”, o objetivo de pesquisar sobre interesses e expectativas foi cumprido, uma vez que os participantes reconstruíram e resinificaram suas histórias de trabalho, podendo refletir sobre planos futuros para o trabalho, manejando interesses e necessidades para o mercado de trabalho Valdivia; em relação à “exploração de habilidades laborais individuais” com o objetivo de investigar e conhecer habilidades individuais para desenvolver um trabalho local, foi alcançado parcialmente, por meio de técnicas de *role-playing* utilizando-se de entrevistas de emprego, facilitando habilidades comunicacionais; no que diz respeito à “inserção no mercado de trabalho”, o objetivo de conhecer e integrar estratégias de empregos formais, possibilitaram que alguns participantes alcançassem a aquisição de aprendizagens relevantes para a geração de competências individuais e de gestão, destacando a elaboração de um curriculum vitae e sua entrega efetiva, por meio de simulações de entrevistas de emprego, afim de resolver situações críticas adversas no contexto laboral.

Para a efetivação das atividades, foram também utilizados recursos e materiais como: visual (projektor, cartões, brochuras, cartazes, material impresso, etc.), grupos de trabalho, trabalho de maneira individual, estações e pontos de trabalho, compilação de informação e exposição das mesmas, simulações e *role-playings*.

Embora, em algumas sessões, fosse possível observar sugestões de características grupais, como a ação de compartilhar suas histórias de vida, ou informações/ instruções para resolver um problema a partir da própria experiência, em geral, os encontros foram construíram e reformulados, com assistência quase que

individualizada e personalizada para os integrantes. O fato de haver pouca adesão e assistência durante os encontros, por um lado facilitava o acompanhamento mais direto de alguns participantes que estavam implicados em encontrar trabalho e, por outro lado, dificultava o compartilhar experiências e trocas para que tais integrantes pudessem se organizar e fortalecer enquanto grupo, em busca de seus trabalhos.

Outro aspecto característico importante do grupo foi a heterogeneidade em termos de habilidades remanescentes e aquisição de habilidades. Desta forma, os desafios permeavam distintos níveis. Enquanto alguns participantes demonstraram mais proatividade, com melhor domínio da língua espanhola e capacidade de compreender rapidamente as instruções, os sentidos e significados das atividades; outros apresentavam maiores dificuldades para compreender instruções ou internalizar o sentido das atividades, afim de alcançar uma participação mais ativa e autônoma, devido a dificuldades com o idioma espanhol, com a demonstração e expressão de sentimentos de medo ou vergonha frente ao grupo.

A partir desta perspectiva, as características socioculturais e a faixa etária dos participantes foram aspectos relevantes durante as intervenções e processos grupais, pois como estão em idades produtivas, havendo demandas pessoais e/ou prioridades que limitavam as assistências nos encontros, tais como: busca autônoma de trabalho, trabalhos informais e esporádicos, dificuldade de acesso aos dias chuvosos, participação em outros tipos de grupos ou a existência de outros interesses.

DISCUSSÃO

É importante compreender o migrante como um indivíduo que enfrenta a perda ou modificação de ocupações significativas, uma vez que devido à imigração são submetidos a um processo de mudança, o qual tem interface com a busca de uma melhor qualidade de vida (BENNETT et al., 2012).

Desta maneira, a importância do território contribui para a compreensão sobre oportunidades de participação, influência na saúde e sensação de bem-estar, pois, o território em que os sujeitos vivem, permite a construção de significados individuais e coletivos que atravessam em suas vidas ocupacionais (PIZARRO et al., 2018). Neste caso, os migrantes são grupos que, devido às transformações sociais, estão expostos diretamente à precarização do trabalho e a vulnerabilidade relacional (LOPES; MALFITANO, 2016).

É diante deste cenário que, Maximino e Liberman (2015), ressaltam que estar em grupo contribui para formar vínculos, articular esforços, desenvolver conhecimentos e habilidades baseadas em atividades que sejam significativas. O simples fato de estar em um grupo permite abrir novas perspectivas e isso, muitas vezes, leva a uma transformação dos próprios preconceitos.

Neste sentido, aponta-se que o trabalho do terapeuta ocupacional deve emergir para uma ligação com a rede de apoio para entregar melhoria na assistência à população, bem como a gestão de equipes e desenvolvimento de políticas públicas, entendendo o contexto social e seus efeitos sobre a vida do sujeito, utilizando-se de tecnologias que possam ser necessárias para responder às demandas sociais (BIANCHI; MALFITANO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos encontros com imigrantes, foi possível observar aspectos positivos no que tange a aquisição e conquista de habilidades frente a inserção no cenário chileno de trabalho.

Com relação ao exposto, considera-se de extrema relevância o trabalho desenvolvido pela Escola de Terapia Ocupacional da UACH (estudantes e docentes do curso de T.O.) com relação à contribuição para a comunidade haitiana, no que diz respeito ao apoio no processo de inserção sócio trabalhista na cidade de Valdivia. Desta maneira, o terapeuta ocupacional tem um importante papel, uma vez que visualiza a pessoa como cidadã, sendo capaz de ampliar e/ou possibilitar aquisições de habilidades, atendendo as demandas e necessidades, desenvolvendo um processo eficaz para a busca, acesso e manutenção laboral, (re-) significando o espaço comunitário, ou seja, valorar um espaço que é comum a todos.

No entanto, a partir desta experiência, várias sugestões de melhorias também podem ser propostas, tais como: fortalecimento das redes entre a pastoral, Escola de Terapia Ocupacional e outros equipamentos da rede territorial de Valdivia (saúde, educação, dispositivos comunitários, empresas e empregadores), aproximando-se das próprias histórias e necessidades de cada indivíduo, reconhecendo potências e fragilidades acerca deste campo profissional com imigrantes, possível para a Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

- BENNETT, K. M.; SCORNAIENCKI, J. M.; BRZOZOWSKI, J.; DENIS, S.; MAGALHAES, L. Immigration and its impact on daily occupations: a scoping review. **Occupational therapy international**, v.19, n.4, p.185-203, dez.2012. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22987528>>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- BIANCHI, P.; MALFITANO, A. P. Terapia Ocupacional Social Brasileña y las proposiciones en al área social: ¿Qué dicen los profesores latinoamericanos?. **Revista TOG (A Coruña)**, v.14, n.26, p.340-350, nov.2017. Disponível em: <<http://www.revistatog.com/num26/pdfs/original2e.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- GARUTI, B. (2016, diciembre). Inmigración en Chile y Terapia Ocupacional. **Revista de Estudiantes de Terapia Ocupacional**, v.3, n.2, p.23- 39, dez.2017. Disponível em: <<http://www.reto.ubo.cl/index.php/reto/article/view/42>>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- LOPES, R.; MALFITANO, A. P. S. **Terapia Ocupacional Social**. São Carlos, Brasil: EDUFSCAR, 2016.
- MAXIMINO, V.; LIBERMAN, F. **Grupos e Terapia Ocupacional: formação, pesquisa e ações**. São Paulo: Sumo editorial, 2015.
- PIZARRO, E., ESTRELLA, S., FIGUEROA, F. HELMKE, F., PONTIGO, C.; WHITEFORD, G. Entendiendo la justicia ocupacional desde el concepto de territorio, una propuesta para la ciencia de la ocupación. **Journal of Occupational Science**, v.25, n.4, p.463-473, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14427591.2018.1487262>> Acesso em: 19 jul. 2019.
- VALENZUELA, P., RIVEROS, K., PALOMO, N., ARAYA, I., CAMPOS, B., SALAZAR, C.; TAVIE, C. Integración laboral de los Inmigrantes haitianos, dominicanos y colombianos en Santiago de Chile. **Revista Antropologías del Sur**, n.2, set. 2014 p.101-120. Disponível em: <revistas.academia.cl/index.php/ads/article/download/845/969>. Acesso em: 19 jul. 2019.